

Os desafios na construção de Sistemas Alimentares Territorializados (SALT's) para a promoção do Desenvolvimento Territorial Sustentável: estudos de casos do litoral Centro-sul de Santa Catarina e região Oeste do Paraná, Brasil.

Thiago Roberto Zibetti Gonçalves
Programa de Pós-graduação em Agronomia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
tapashbr@yahoo.com.br

Eduardo Firak Cordeiro
Núcleo Transdisciplinar em Meio Ambiente e Desenvolvimento
Universidade Federal de Santa Catarina
eduardocvel@yahoo.com.br

RESUMO

O presente trabalho procura trazer contribuições para o refinamento do conceito de Sistemas Alimentares Territorializados a partir de experiências de duas regiões distintas. Apoiar-se em correntes que ressaltam a importância da territorialidade nas estratégias de desenvolvimento, onde proximidade geográfica, identidade cultural e saúde ambiental são elementos imprescindíveis para a construção do Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS). Diante de diferentes realidades rurais encontradas e estudadas no litoral Centro-sul de Santa Catarina e região Oeste do Paraná, foram explorados com enfoque agroecológico alguns processos de experimentação em organização social, produção, comercialização e consumo, levando em conta especialmente sistemas de produção de base ecológica. O intuito foi de perceber e analisar as conexões entre tais elementos e processos dentro de sistemas agroalimentares, favorecendo diagnósticos e prognósticos mais sistêmicos, realistas e úteis no contexto complexo da sustentabilidade do desenvolvimento rural dos territórios. Com caráter de pesquisa-ação, os estudos que embasam o presente trabalho frisam a relevância das experiências em rede, tanto de produção e consumo, quanto de comunicação, assistência técnica e extensão rural. Ressaltam ainda o atrelamento da produção agrícola a dimensões socioambientais e econômicas, sob outra perspectiva que não a do simples aumento da produtividade. Ficam em destaque os pressupostos apresentados pela noção de Sistemas Alimentares Territorializados, que permitem analisar a produção agrícola e o consumo alimentar em sua esfera simbólica, valorizando a organização social, o saber-fazer e a sustentabilidade ambiental de um produto agrícola determinado, frisando que tais dimensões não são precisas e muito menos estanques; e por fim, possibilitam a vinculação entre produto-território entendido enquanto patrimônio territorial. De maneira geral, aqui são discutidos tais pressupostos sendo relacionados com os aspectos inerentes aos dois distintos contextos agrícola em questão, contribuindo para a discussão e o avanço do debate acerca dos SALT's, numa ótica de melhoria da qualidade territorial das comunidades envolvidas, expressa na proposta do DTS.

PALAVRAS-CHAVE: agroecologia – circuitos-curtos de comercialização – sistemas alimentares territorializados – desenvolvimento territorial sustentável

“Ponencia presentada al VIII Congreso Latinoamericano de Sociología Rural, Porto de Galinhas, 2010”

INTRODUÇÃO

Este estudo está voltado para áreas peculiares da região sul do Brasil, de alta importância ecológica e econômica. O Litoral Centro-Sul de Santa Catarina caracteriza-se por ser um ecossistema bastante frágil do ponto de vista da resiliência. Contrapõe-se a esta paisagem um aumento tendencial das atividades turísticas e portuárias de grande valor econômico para a região. Os impactos do modelo de desenvolvimento adotado têm ficado cada vez mais nítidos e alguns deles são a artificialização do litoral, eutrofização e poluição hídrica, erosão de recursos florestais que comprometem a existência de corredores ecológicos, crise na gestão dos dejetos, degradação paisagística e crise estrutural da pesca artesanal e da agricultura familiar (VIEIRA; CERDAN, 2009). Já o Oeste do Paraná, onde a exploração agrícola foi introduzida somente na década de 1930, apresenta atualmente apenas 8,74% de sua cobertura vegetal original onde predominava a Floresta Estacional Semidecidual e uma parcela menor de Floresta de Araucárias. A maior parte dos remanescentes pertence aos domínios atuais do Parque Nacional do Iguaçu, enquanto a maior parte das áreas antropizadas da região é utilizada para práticas agrícolas modernas, intensivas e mecanizadas, gerando bons indicadores econômicos mas causando enorme erosão da biodiversidade e desestruturação da agricultura familiar e campesinato, além dos impactos negativos da utilização intensiva de agrotóxicos e fertilizantes químicos (IPARDES, 2006).

Neste cenário, o presente trabalho é fruto de articulações entre um diagnóstico exploratório das iniciativas de promoção de desenvolvimento da agricultura sob enfoque agroecológico no Litoral Centro-Sul catarinense, realizado enquanto Trabalho de Conclusão de Curso na Universidade Federal de Santa Catarina, e de diagnóstico similar em curso no Oeste paranaense enquanto atuação do projeto de extensão universitária denominado Rede Oeste de Sementes Crioulas e Agroecologia e parte de dissertação de Mestrado no Programa de Pós-graduação em Agronomia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Foram buscadas informações sobre as dinâmicas em curso orientadas pela agroecologia no território litoral centro-sul de Santa Catarina, principalmente os circuitos-curtos de comercialização existentes nos municípios de Paulo Lopes, Garopaba, Imbituba e Laguna. Na região Oeste do Paraná, abrangendo cinquenta municípios, buscou-se compreender a atuação geral e as dinâmicas de uma rede difusa de entidades e outros atores que promovem modelos de agricultura de base ecológica e desenvolvimento rural sustentável.

Esta pesquisa teve como pergunta de partida a seguinte questão: “quais os

desafios que cercam as experiências agroecológicas para o fortalecimento de um sistema alimentar territorializado (SALT) nas regiões em estudo?”. E em síntese, espera-se que o trabalho (1) ofereça subsídios para o reforço do potencial existente de pesquisa ecológico-humana orientada pelo enfoque sistêmico no país, numa área ainda desconhecida e frequentemente marginalizada; (2) obtenha maior conhecimento sobre as diferentes estratégias de distribuição, logística e comercialização utilizadas pelas redes de agroecologia; (3) alimente os sistemas de informação científica sobre o conteúdo destas experiências; e (4) contribua para dar visibilidade aos sistemas alimentares territorializados enquanto formas alternativas de desenvolvimento, onde a vida se valoriza de modo primordial (sócio e ambientalmente), fortalecendo a agricultura e a pesca familiar/artesanal e o potencial associativo dos empreendimentos orientados pela economia solidária.

SISTEMAS AGROALIMENTARES E SISTEMAS ALIMENTARES TERRITORIALIZADOS

A noção de sistema agroalimentar é utilizada para analisar sistemicamente os processos que envolvem a produção, distribuição (e logística), comercialização e consumo de alimentos. A forma como se organiza um sistema desse tipo reflete as opções de desenvolvimento de um território, país ou região, bem como determina as condições em que os alimentos são ofertados à população em termos de disponibilidade, diversidade, qualidade e preço (CORDEIRO, 2010; MALUF, 2004).

A análise do sistema agroalimentar requer que se leve em conta o conjunto de variáveis que envolvem o consumo alimentar, desde as relações existentes entre os produtores, distribuidores e consumidores até as especificidades locais, ligadas aos aspectos culturais e sociopolíticos. As relações que se estabelecem entre produção e consumo não são meramente econômicas e para compreender as lógicas que operam dentro de um sistema agroalimentar faz-se necessário conhecer as estratégias dos vários agentes sociais envolvidos no sistema e as relações que estabelecem entre si, tudo associado à perspectiva histórica que permite demonstrar as transformações ocorridas no decurso do tempo. (AMBROSINI; FILIPPI; MIGUELL, 2008).

A fase da modernização agrícola é caracterizada pela forte modificação dos hábitos de consumo e das técnicas de produção, levando o comércio de proximidade a se transformar e/ou ser substituído pelas longas distâncias entre a produção e o consumo, os chamados circuitos longos, levados a cabo pelas grandes cadeias agroalimentares.

Numa ótica de sustentabilidade do sistema agroalimentar de uma região, o

conceito de Sistemas Alimentares Territorializados (SALT) vem sendo desenvolvido para designar a tendência de se voltar a produção e o consumo para o próprio território. Tal abordagem aponta para a necessidade de mercados territorializados, onde os consumidores vão até a produção ou participam de um “circuito curto”. Um SALT portanto é um método de identificação e análise dos circuitos curtos com forte apelo territorial. Caracteriza-se pelo conjunto de espaço de decisão do território e suas interações combinadas entre proximidade geográfica e proximidade organizativa. Refere-se à complementariedade das práticas em nível territorial e busca fornecer elementos para tomadas de decisão (AMBROSINI; FILIPPINI; MIGUEL, 2008; DENECHERE; DURAND; MARECHAL, 2008; MOLLARD, 2003; PECQUEUR, 2006).

O fenômeno da aproximação entre produtores e consumidores engajados nas distintas formas de abastecimento contrariam a tese da modernização agrícola expressa no produtivismo, e sinalizam sair do anonimato. Ressignificam as relações entre campo e cidade e possuem a natureza de atenuar os conflitos de uso entre a agricultura profissional e as várias demandas urbanas em ascensão.

O SALT implica reunir agentes de desenvolvimento agrícola e pesquisadores, na perspectiva de esclarecer as dinâmicas em curso e oferecer uma base de reflexão estável aos atores envolvidos. De corte interdisciplinar, insiste no conhecimento econômico dos circuitos curtos, buscando alargar o que se entende por dimensão econômica no interior das Ciências Sociais.

O grande potencial dos SALT's é a valorização da relação de proximidade existente entre espaços urbanos e rurais. A hipótese central é que enquanto enfoque sistêmico de análise dos circuitos curtos, eles permitem identificar as interações, as complementariedades e os conflitos existentes em cada modalidade de transações e que sugerem a existência de um *sistema alimentar territorializado*.

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

Tratar dos sistemas de produção, comercialização e consumo de alimentos agrícolas no Brasil atual implica necessariamente em considerar as transformações das últimas décadas ocorridas na sociedade e na economia brasileira e internacional. A problemática é multifacetada: processos produtivos que privatizam o lucro e socializam as externalidades negativas (socioambiental); interesses oligopolistas e burocracia corporativista nas instituições democráticas (sociopolítica); sub-trabalho, não-trabalho, exclusão social e incentivo alarmante ao consumo (socioeconômica); substituição dos

modos de vida tradicional, vinculados ao território, por padrões homogêneos característicos da globalização (sociocultural) (CARVALHO; PINHEIRO; MICKOSZ, 2006). É importante destacar a forte concentração do mercado atacadista e crescente estreitamento das relações do setor agroindustrial com os circuitos da comercialização, formando as grandes redes varejistas e enfraquecendo os agentes e empreendimentos de pequeno e médio porte (VIVAS, 2007).

Neste cenário emergem os movimentos de reterritorialização da alimentação, questionando o padrão atual do sistema agroalimentar, apontando as peculiaridades da alimentação local, abastecida por uma produção familiar envolvida na agroecologia. Muitos grupos surgiram nos últimos anos contestando os processos de desterritorialização orquestrados pelos agentes econômicos hegemônicos. No Brasil desenvolveram-se diversas redes de comercialização de produtos agroecológicos sob a ótica da economia solidária. Em diversos países vem crescendo a valorização do território no sistema agroalimentar, visualizado no crescimento do movimento *Slow Food*.

Aspectos da territorialização do desenvolvimento sustentável e dos sistemas agroalimentares refletem em três componentes (MALUF, 2004): (1) identidade territorial vinculada aos produtos agrícolas como estratégia de agregação de valor, como no caso dos produtos com denominação de origem e os artesanais típicos de uma cultura; (2) aproximação das relações de produção e consumo dos alimentos, com vantagens no menor custo de transporte, na qualidade e na confiabilidade; (3) inserção de projetos produtivos dos agricultores em dinâmicas regionais e a ampliação das possibilidades de aproveitamento de vantagens de aglomeração (*clustering*), ou seja, ganhos de escala, efeitos benéficos na geração e difusão de inovações e apropriação de competências regionais (qualificação do trabalho à nível regional).

Diante da crise do mundo rural e degradação intensiva da qualidade de vida no meio urbano, o Desenvolvimento Territorial Sustentável – DTS, deveria aparecer como prioridade na agenda ambiental brasileira. Tal estratégia de gestão pressupõe a elaboração mais rigorosa do conceito de autonomia local, procurando uma efetiva instauração dos princípios de subsidiariedade e de interdependência negociada através de um tecido cultural gerador de estratégias endógenas/autodeterminadas de desenvolvimento que signifiquem empoderamento das comunidades envolvidas (CORDEIRO, 2010).

Os obstáculos ao planejamento e gestão do DTS podem ser sintetizadas nos seguintes tópicos: (i) indefinição legal sobre competência e responsabilidade política e administrativa entre município e estado; (ii) pluralidade de representação sobre a crise

ecológica no setor público; (iii) cultura política clientelista, conservadora e com resíduos autoritários; (iv) inexistência de um federalismo cooperativo; e por final (v) a existência de um competitivismo entre os entes federados. Mesmo assim, a utilização criteriosa da prospectiva territorial, através da realização de estudos de viabilidade, deve permitir a aprendizagem do manejo coletivo que favoreça a estruturação de sistemas de ação local/territorial com duração suficiente para concretizar um projeto bem definido de intervenção.

Essas estratégias configuram um padrão de desenvolvimento mais equitativo do que aquele mantido pela grande agroindústria com seus fornecedores, e em diversas regiões do Brasil e do mundo despontam iniciativas que, em maior ou menor grau pautam-se na territorialização do desenvolvimento e dos sistemas agroalimentares.

LITORAL CENTRO-SUL CATARINENSE

Parte desta pesquisa foi realizada nos municípios de Paulo Lopes, Garopaba e Imbituba, com alguma incidência em Laguna, inscrevendo-se no âmbito do Núcleo Transdisciplinar em Meio Ambiente e Desenvolvimento - NMD, que desenvolve duas pesquisas de longo folego no litoral catarinense, e ainda atua nos fóruns de gestão local¹ com intuito de promover e construir novas estratégias de desenvolvimento endógeno.

Foram realizadas entrevistas com agricultores, consumidores e agentes de desenvolvimento envolvidos nas dinâmicas agroecológicas em curso, sendo utilizados como instrumentos metodológicos diário de campo, entrevistas semi-estruturadas com agentes locais de desenvolvimento, agricultores/pescadores, consumidores e agentes institucionais, observação participante dos locais de comercialização já existentes, e entrevistas realizadas pelo projeto DTR-IC².

A trajetória do “modelo catarinense de desenvolvimento” entra em crise e começa a apresentar sinais de esgotamento. Ainda na década de 1990 esteve caracterizada pela ausência de grandes aglomerações urbanas, pelo potencial de geração sustentada de emprego e renda, com área média das propriedade rurais estimada em 15,8 hectares. Porém, a realidade estadual denota a farsa de alguns indicadores de desenvolvimento, pois apesar de ter um maior Produto Interno Bruto *per capita* em relação a média nacional, metade da sua população está abaixo da linha da pobreza (IBGE *apud*

1 Fórum da Agenda 21 da Lagoa de Ibiraquera e no Conselho Gestor da Area de Proteção Ambiental da Baleia Franca

2 Como parte deste trabalho está inserido dentro dos trabalhos do NMD/UFSC e afim de não repetir entrevistas com os mesmos agentes optou-se, conforme indicação do orientador, utilizar as entrevistas que estavam sendo feitas pela equipe de pesquisa do projeto citado.

MACEDO, 2008).

Com a implantação da rodovia BR-101 no sul do litoral catarinense nos anos 1970, engendrou-se uma dinâmica migratória que resultou na urbanização maciça e desordenada marcada de forma intensa pelo desenvolvimento do turismo de massa em um regime de livre acesso, que agora entra em uma nova fase com a duplicação desta mesma rodovia e na compra de grandes extensões de terra por grandes grupos econômicos (ARAÚJO, 2008).

As transformações socioambientais marcaram expressivamente a região e sua trajetória de desenvolvimento: intensas modificações no estilo de vida das populações autóctones; mudanças na relação com a terra devidas à alta especulação imobiliária; e o desenvolvimento de necessidades de consumo baseadas no moderno padrão urbano-industrial, onde os mais jovens acabam lançando mão das atividades pesqueiras e agrícolas para ocuparem um lugar no setor turístico. Atualmente, a região carece de um sistema de planejamento do desenvolvimento local preventivo e proativo no qual a população realmente se reconheça e que possibilite enfrentar os desafios engendrados pelo turismo de massa (ARAÚJO, 2008).

As comunidades rurais desta região eram quase auto-suficientes e eram esporádicos os contatos com outras regiões até a década de 60. Com a irrupção da Revolução Verde esse quadro sofre fortes mudanças, quando a Epagri e a Emater passam a desempenhar o vetor de difusão do ideário produtivista, principalmente no estreitamento do contato com empresas fumageiras e rizicultoras (CORDEIRO, 2010).

Entretanto, também compõe esse cenário um processo que possibilitou a formação de iniciativas socioprodutivas “alternativas”, reforçando o potencial da região para a emergência de novos estilos de desenvolvimento sustentáveis, como é o caso do Núcleo Litoral Catarinense da Rede Ecovida e de alguns microempreendimentos correlatos.

Em um horizonte em que é possível conceber a existência do convívio entre padrões de desenvolvimento distintos cabe ressaltar a existência de condições para consolidação de uma dinâmica de desenvolvimento territorial sustentável. Assim, o período atual impõe às comunidades rurais fazerem decisões. Apesar do desenvolvimento convencional ter proporcionado melhoria nas condições materiais, impôs a estas populações a contaminação de suas propriedades e riscos para sua saúde, o êxodo dos jovens e posições subalternas no turismo. Retirou-lhes o protagonismo nos rumos do desenvolvimento local.

A inexistência de políticas públicas voltadas para o turismo ecológico-comunitário

educativo³ expressa a complexidade dos desafios colocados ao novo desenvolvimento do meio rural, principalmente em relação ao tema da multifuncionalidade agrícola. A questão central é empoderar a comunidade para que possa ser a protagonista do desenvolvimento local sustentável, pois o desenvolvimento convencional, seja ele o turismo de massa ou de integração, cada vez mais se consolida, e há pouca probabilidade de reverter este quadro.

A ausência de uma planejamento estratégico para estas regiões aparece como o obstáculo mais crítico a ser enfrentado. Diversas evidências apontam para a urbanização excessiva e desorientada e, para o modelo econômico adotado como fator chave para a inviabilização crescente da pesca artesanal e da agricultura familiar, principalmente pelo processo de parcelamento e comercialização de extensas terras agricultáveis pelas comunidades locais e pelos Governos e pela falta de políticas públicas específicas (VIEIRA; CERDAN, 2009; ARAUJO, 2008).

As experiências alternativas, apesar de serem pequenas, têm grande potencial de repercussão entre as populações desfavorecidas, principalmente na melhoria das condições de vida. A agroecologia, enquanto ação social coletiva, foi introduzida no litoral centro-sul de Santa Catarina há pouco mais de 10 anos, construída na interação entre agricultores e apoiada por estudantes e professores universitários, mais tarde fazendo parte da Rede Ecovida. Observa-se a existência da identificação e reconhecimento de indivíduos pioneiros e que dominam melhor as variantes da atividade – sistema técnico, organização profissional e circuitos de comercialização.

A formação da Rede Ecovida de Agroecologia em 1998 foi o resultado de mais de 20 anos de trabalho, luta e esperança do movimento agroecológico no Sul do Brasil. Atualmente, está estruturada em núcleos regionais que são suas principais unidades funcionais. Eles se caracterizam pela promoção da discussão sobre a experiência de cada membro, troca de informações, intercâmbio/comercialização de produtos, além da certificação de suas produções. Têm por objetivo montar um banco de dados dos produtos disponíveis na região, assim como garantir o processo de certificação adotando dinâmica própria de acordo com a realidade de cada núcleo. Sua existência permite uma estrutura menos burocrática, e por darem continuidade aos processos organizacionais históricos específicos de cada região também permitem um melhor conhecimento entre os membros de um mesmo núcleo, facilitando a troca de conhecimentos através de visitas às

3 Suas principais características são: preservação, valorização e indução de tradições e relações sociais solidárias, na geração de trabalho e renda com base na produção associativista, no revigoramento dos significados de virtude humana e, por último, na utilização apropriada dos recursos naturais e das capacidades humanas locais (ARAUJO: 2006)

propriedades entre os membros. Também os encontros e reuniões dos núcleos, por terem número reduzido de pessoas e que já se conhecem, permitem uma maior interação (ARL, 2007).

Atualmente, a Rede Ecovida conta com 24 núcleos regionais em distintos estágios de organização, que abrangem 170 municípios dos estados do sul do Brasil mais São Paulo e reúnem aproximadamente 3500 famílias de agricultores organizados em grupos, associações e cooperativas; 31 ONG's; 20 cooperativas de consumidores; e dezenas de pequenas agroindústrias e comercializadoras de produtos ecológicos, além de diversos profissionais. Existem aproximadamente 135 feiras ecológicas em todo o Sul do Brasil, ligadas à Ecovida, e apesar delas se constituírem na forma de comercialização mais estimulada pela Rede, seus integrantes também realizam vendas em supermercados e no mercado externo, além de experiências de comercialização nos chamados mercados institucionais nos municípios e estados.

O Núcleo Litoral Catarinense da Rede Ecovida de Agroecologia foi fundado no final de 2002, sendo inicialmente constituído por quatro grupos de agricultores – Paulo Lopes, Ituporanga, Aurora e Rationes, formada pelas famílias agricultoras que participavam da Eco-Feira que acontece aos sábados na Praça Bento Silvério no centro da Lagoa da Conceição em Florianópolis.

Conforme Santin (2005), existe uma intensa relação entre os grupos de agricultores desta região, potencializada pela existência do Núcleo da Rede Ecovida. Atuam com autonomia dentro de tal rede, e através do Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo - Cepagro e do Instituto de Permacultura Austro-Brasileiro - IPAB participam de cursos e reuniões de intercâmbio. Também é interessante notar que não é uma rede de vizinhança atraída somente pela proximidade geográfica, aliás moram em comunidades distintas, algumas perto, outras longe. No entanto, compartilham de uma identidade comum construída no processo de transição agroecológica. Estudos demonstram para a existência de redes de diálogo técnico (SABOURIN *apud* ADRIANO, 2006).

Atualmente existem mais de dez comunidades entre Paulo Lopes e Garopaba com potencial agroecológico, apontando para a existência de um *sistema local de conhecimento agroecológico* e de um *sistema alimentar territorializado agroecológico* embrionário. Isto resulta de um esforço concentrado para a permanência da vida no campo com saúde e dignidade, caracterizado pela construção de um *espaço sociotécnico local*. Portanto, a região possui experiências sensíveis aos princípios do enfoque de DTS, considerados essenciais para o fortalecimento da agricultura familiar orgânica e, assim, para a reconstrução do desenvolvimento rural regional.

Diante das diversas dificuldades enfrentadas na comercialização, surgiu em meados de 2006, através da articulação de várias cooperativas, associações e ONG's vinculadas à Rede Ecovida, o Circuito Sul de Comercialização da Rede Ecovida de Agroecologia. Para participar é necessário ter o selo da Rede Ecovida e não apenas vender através do circuito, mas também comprar. Dessa maneira diminuem os custos com fretes e é realizado um grande volume de trocas de produtos por produtos. Dentro da Rede Ecovida tal circuito vem funcionando como coletor/distribuidor solidário de produtos agroecológicos nos estados de Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo. Seu principal objetivo é fomentar uma comercialização pautada na economia solidária.

Desde sua fundação esses intercâmbios já movimentaram cerca de 831 toneladas de 74 tipos de alimentos, o equivalente a R\$1,5 milhões. Os desafios dessa experiência estão principalmente na “capacidade de obtenção e manutenção de resultados econômicos efetivos sem que isso abra mão dos princípios da economia solidária e da agroecologia que regem a Rede Ecovida.” (MANGNANTI, 2008, p. 29). Ao mesmo tempo, trata-se de ampliar e consolidar políticas públicas voltadas para agricultura familiar como também estimular o consumo de produtos ecológicos entre as famílias integrantes da Rede Ecovida.

Outro elemento que tende dinamizar um novo modelo de desenvolvimento na região sul do litoral catarinense é a aproximação dos agricultores e pescadores com a experiência da Associação Acolhida da Colônia, através do projeto DTS e do Fórum da Agenda 21 da Lagoa de Ibiraquera. Com intuito de promover um novo estilo de agroturismo educativo e apoiado pela instituição francesa *Fédération Nationale Accueil Paysan*, a Acolhida foi criada em 1999 no município de Santa Rosa de Lima e atualmente abrange mais quatro municípios (Anitápolis, Rancho Queimado, Gravatal e Grão Pará) com 55 famílias associadas.

Existe também nesta região uma cooperativa que abrange o complexo lagunar, chamada Cooperlagos. Tal iniciativa é um sinal da preocupação que a Epagri tem com a comercialização dos produtos agrícolas e pesqueiros. O empreendimento iniciou suas atividades em 2009, e o primeiro produto a ser comercializado foi a farinha de mandioca. Em breve, serão comercializados doces e geleias do grupo de mulheres quilombolas localizadas na comunidade do Siriú. O movimento gerou o interesse por parte de alguns pescadores de Imbituba em realizar o beneficiamento do camarão através da cooperativa. Acredita-se que a existência da Cooperlagos irá permitir a legalidade necessária para a comercialização e fornecimento, com regularidade e diversidade, à Alimentação Escolar.

A nova lei sobre Alimentação Escolar obriga as entidades que recebem recursos do

FNDE a comprarem no mínimo 30% da agricultura familiar, preferencialmente orgânica. Para o ano de 2010 foram destinados 3 bilhões de reais para compra de alimentos, sendo que 30%, ou seja 900 milhões serão adquiridos da agricultura familiar. Tal aquisição dispensa processo licitatório desde que os preços estejam compatíveis com os valores praticados no mercado local.

Neste mesmo sentido de iniciativas governamentais tem atuado o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA do Governo Federal, criado em 2008 como parte das ações do programa Fome Zero. Este programa não apenas está voltado para a distribuição de alimentos mas é um conjunto de 31 ações e programas complementares que envolvem diversos ministérios, cabendo sua coordenação ao MDA e MDS, e sua operacionalização à CONAB. Possui quatro eixos: 1) ampliação do acesso aos alimentos; 2) fortalecimento da agricultura familiar; 3) promoção de processos de geração de renda e; 4) articulação, mobilização e controle social. Foi instituído com intuito de incentivar a produção agropecuária na compra dos alimentos da agricultura familiar, promovendo assim geração de renda e trabalho no campo. Tais alimentos são doados às instituições governamentais e não governamentais que atendem prioritariamente populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, como é o caso de hospitais, asilos, escolas, creches, universidades, restaurantes populares, entidades assistenciais, etc. No caso dos grupos estudados, notou-se sua importância na dinamização da produção e na possibilidade de segurança na comercialização; além de ter gerado recursos para o preparo da próxima safra, possibilitou o pagamento de dívidas. Assim, o PAA é uma ação governamental que tem fortalecido e recriado as condições de soberania alimentar no país (NARANJO *et al*, 2008).

No entanto, essas experiências ainda não romperam a barreira de isolamento da agroecologia e os agricultores do Litoral Centro-Sul sentem na pele as consequências da urbanização decorrente da expansão do turismo de massa, sendo muito comum a venda de propriedades, a troca de profissão e a migração para ambientes urbanos.

Foi verificado durante a pesquisa que uma das principais dificuldades que os agricultores desta região enfrentam está ligada ao acesso à créditos e seguro agrícola, principalmente em relação às especificidades das estratégias produtivas priorizadas pela agroecologia, como a diversificação de cultivos, algo que “complica” os processos burocráticos de elaboração das apólices e registros construídos em função de agriculturas convencionais. Assim a expansão e o fortalecimento da agroecologia requerem “a necessidade de identificar e entender a especificidade das lógicas dos atores sociais e seus projetos produtivos, a dinâmica dos grupos e a estrutura das redes de relações

sociotécnicas” e a transmissão dessas premissas às estruturas burocráticas institucionais governamentais (SANTIN, 2005, p. 116).

Diversos estudos apontam a falta de institucionalização da proposta agroecológica por parte das empresas governamentais de desenvolvimento rural – Epagri e Emater, sendo verificado algumas iniciativas pontuais devido ação de extensionistas engajados. Assim percebe-se que tais instituições ainda estão norteados pelo produtivismo, não estando plenamente sensíveis à degradação socioambiental decorrente deste modelo. Suas ações têm sido nos moldes assistencialistas convencionais e diante do alto volume de recursos destinado ao agronegócio, constata-se que estas empresas não tem um projeto de agroecologia para o Estado (ADRIANO, 2006).

Indo além das constatações sobre experiências e dificuldades da agroecologia no Litoral Centro-Sul catarinense, a identificação da existência de *sistemas locais de conhecimentos agroecológicos* no território implicam a existência de diversos vínculos entre os atores envolvidos e vêm sendo um ponto de referência para a construção de uma dinâmica de desenvolvimento territorial sustentável.

O enfoque sistêmico dos circuitos curtos de comercialização permite identificar as interações, as complementaridades e os conflitos existentes em cada modalidade utilizada (DENECHERE F., DURAND G., MARECHAL, 2008). Na região estudada, as modalidades de circuito curto entendidas como dispositivos de distribuição que representam a interface entre agricultores e consumidores são as seguintes: (i) feiras locais; (ii) mercado do produtor; e (iii) mercado institucional.

No município de Paulo Lopes não existe uma rede de comercialização; os agricultores envolvidos com a agroecologia fazem feira em Florianópolis, havendo um total de três feiras localizadas nos bairros Lagoa da Conceição, Campeche e Armação.

É interessante observar que, neste caso de Paulo Lopes, mesmo com a existência dos circuitos curtos de comercialização, não ocorre paralelamente a formação de um SALT pois as comunidades deste mesmo município, próximas geograficamente estão envolvidas nos sistemas agroalimentares convencionais, tendo difícil acesso a alimentos de qualidade. Tal consideração é uma importante reflexão no debate sobre SALT's e circuitos curtos de comercialização.

O caso do município de Garopaba é exemplar na criação de um SALT, porque além de possuir uma feira no município e haver o Mercado do Produtor, existe uma experiência organizativa considerável entre os agricultores, faltando apenas aproximação organizativa entre consumidores e produtores. Nesta localidade, a combinação entre esforços institucionais e organização dos agricultores é que fortaleceu os circuitos curtos.

É importante lembrar que os agricultores orgânicos, tanto em Paulo Lopes quanto em Garopaba, fazem parte do Núcleo Litoral Catarinense, e isso tem fortalecido consideravelmente suas atividades. Se estivessem apenas recebendo assistência técnica da Epagri, certamente a realidade seria outra.

Já os municípios de Imbituba e Laguna não possuem uma feira local e seus produtores têm como canal de comercialização o mercado institucional e o mercado convencional (supermercados e restaurantes). Ressalta-se que no projeto coletivo desenvolvido em Laguna, uma parte da produção é levada para abastecer a feira e o Mercado do Produtor de Garopaba.

O desenvolvimento de um SALT pressupõe a existência de proximidade geográfica e proximidade organizativa entre produtores e consumidores. Desse ponto de vista é ainda totalmente incipiente a organização dos consumidores, pois estes estão acostumados aos circuitos longos que os relega à simples condição de beneficiários de um serviço específico. Este trabalho de organização dos consumidores vem sendo desenvolvido pela Rede Ecovida de Agroecologia e já conta com algumas experiências bem sucedidas.

Apesar do Circuito da Rede Ecovida não representar aquilo que normalmente se conhece por circuito curto, ele representa a viabilidade na construção de um SALT na região. Uma das principais dificuldades dos consumidores é encontrar alimentos orgânicos com diversidade e regularidade. Do ponto de vista da produção, é impossível produzir tudo dentro de uma unidade produtiva, principalmente porque muitos alimentos têm maior produtividade em outros climas e regiões. É claro que aqui emerge o debate da necessidade de questionamento dos hábitos alimentares acostumados à disponibilidade de frutas e legumes durante o ano todo. E sob a ótica do consumo sustentável/territorial é mister alimentar-se dos produtos que determinada região tem a oferecer em determinada época/estação. Contudo, a experiência do Circuito da Rede Ecovida torna possível a existência de uma diversidade maior nos pontos de comercialização.

Os próprios agricultores sentem a necessidade de aprimorar um sistema de distribuição e logística capaz de abrir caminhos para a existência de uma série de produtos nos pontos de comercialização e, assim, viabilizar realmente um novo estilo de consumo.

Percebe-se que a maioria dos agricultores envolvidos nestas experiências estão de acordo com a inviabilidade do modelo produtivista para o meio rural e vale ressaltar que todos desempenham um papel de articuladores em suas comunidades e frequentam os espaços locais de gestão. Eles buscam fortalecer a resistência ao modelo dominante, por

meio de experiências com perfil agroecológico.

REGIÃO OESTE PARANAENSE

Esta parte do trabalho está vinculada às pluri-experiências do projeto de formação da Rede Oeste de Sementes Crioulas e Agroecologia e estudos correlatos levados à cabo pela Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Estadual do Oeste do Paraná e colaboradores externos. Vincula-se também à pesquisa de mestrado intitulada “Agroecossistemas, processos e atores: Um panorama geral da Agroecologia no Oeste do Paraná”, ainda em andamento no Programa de Pós-Graduação em Agronomia da universidade já citada.

Instrumentos metodológicos diversificados foram utilizados na obtenção de informações sobre os sistemas agroalimentares desta região, sendo que as pesquisas-fonte não possuíam o tema *sistemas alimentares territorializados* como foco central. Dessa forma, foram relevantes as observações participantes e os diagnósticos exploratórios, sem mediação de documento ou testemunho.

Aspectos generalistas de uma região de cinquenta municípios se sobressaem nas experiências de uma rede difusa de atores envolvidos com o desenvolvimento da agroecologia e do desenvolvimento rural sustentável no Oeste do Paraná, indo além dos enfoques micro-regionais e/ou municipais. Mesmo assim, experiências pontuais se sobressaem em uma cidade ou outra, em uma micro-região ou outra e destacam movimentos pró-ativos que merecem considerações neste trabalho, possibilitando uma visão dos processos de dinamização e articulação dos atores agroecológicos na formação de sistemas agroalimentares com aspectos de territorialidade.

A região Oeste está localizada no Terceiro Planalto Paranaense e, a grosso modo, é confinada pelos rios Piquiri, Iguaçu e Paraná. Possui uma paisagem uniforme, com relevo pouco acidentado, variando de plano a suavemente ondulado em metade da área, e se apresentando como ondulado na metade restante. Altitudes variam entre 900 metros no município de Guaraniaçu e 180 metros no município de Foz do Iguaçu (IPARDES, 2006).

A quase totalidade do território possuía uma cobertura florestal original pertencente aos domínios da Mata Atlântica. Atualmente restam cerca de 200.220 ha de cobertura nativa, o que corresponde a 8,74% do território regional. A maior parte dos remanescentes encontra-se no Parque Nacional do Iguaçu.

Região próspera e população empreendedora são aspectos parciais do Oeste do Paraná, que na realidade abrange um território mais heterogêneo do que se costuma considerar. Diversos desafios se apresentam de forma relevante no contexto regional, especialmente quando se pensa na sustentabilidade do desenvolvimento e nas estratégias de sua implementação. A realidade agrícola da região em questão apresenta-se insustentável nos quesitos sócio-ambientais, uma vez que há predomínio de monoculturas, produção prioritária de commodities em detrimento à diversidade agroalimentar, grande utilização de agroquímicos e exclusão de pequenos agricultores familiares.

Nesta região, constata-se um êxodo rural marcante, em partes responsável pelo crescimento da população urbana em cerca de 21% entre os anos 1991 e 2000. Neste mesmo período, mais de setenta mil pessoas trocaram o ambiente rural pelas cidades da região.

Dada a falta de reconhecimento, incentivos e políticas públicas somada ao intenso desenvolvimento de sistemas agroalimentares industriais que homogenizam o mercado e a paisagem rural, a sustentabilidade dos pequenos empreendimentos agrícolas está comprometida.

Em contrapartida, a mesma região Oeste do Paraná pode ser considerada um celeiro de experiências agroecológicas, tendo raízes nas organizações dos agricultores familiares e entidades de apoio. Entre as mais atuantes pode-se citar o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor – CAPA, com quinze anos de atuação em Marechal Cândido Rondon e região; o Fórum Oeste de Entidades da Agricultura Familiar, que agrega atores e experiências agroecológicas há vinte anos; o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, o Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA e a Via Campesina, através de iniciativas de alguns assentamentos e das jornadas de agroecologia nos últimos oito anos; a Rede Ecovida de Agroecologia; o Programa Cultivando Água Boa financiado por Itaipu Binacional, nos últimos cinco anos; a Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, a EMATER-Pr e o IAPAR, nos últimos oito anos; e mais recentemente a BIOLABORE, cooperativa de profissionais que presta serviços para a Itaipu Binacional e aquelas Prefeituras Municipais envolvidas nos projetos de desenvolvimento da agricultura ecológica (GONÇALVES et al., 2010).

Assim, a transição agroecológica no Oeste do Paraná está em curso, com diversas limitações e potencialidades evidentes. Dentre as demandas apontadas pelas organizações de agricultores da região, destacam-se um programa de apoio à produção e certificação de sementes crioulas, uma maior unidade de ação e intercâmbio entre as

diversas instituições e organizações que atuam na agroecologia, além da necessidade de realização de atividades e eventos educativos, redesenho de mercados, certificações públicas e participativas (ZONIN et al., 2009).

Esses foram os pressupostos da formação da Rede Oeste de Sementes Crioulas e Agroecologia, uma vez que esse modelo diferenciado e alternativo de se fazer agricultura carece de reconhecimento e apoio popular e institucional para que possa realmente florescer em escalas maiores e gerar os frutos a que se propõe, inclusive financeiramente, sendo que não há sustentabilidade real sem viabilidade econômica. É nesta perspectiva que se constroem as redes de apoio à agricultura familiar ecológica.

O ambicioso objetivo de estruturar uma rede em vasto território – 50 municípios e envolver a pluralidade de atores e processos existentes nesta região acabou por propiciar uma diversidade de experiências (ainda em andamento) que envolvem desde aspectos agronômicos e ecológicos até sócio-econômicos e organizativos, nos âmbitos de capacitação agroecológica, validação técnica de sementes crioulas, formação de associações de agricultores, grupos de consumidores e criação de feiras para comercialização direta. Ao mesmo tempo, surgiram e surgem situações problemáticas a serem avaliadas e solucionadas, principalmente na medida em que a rede vai se assumindo enquanto processo coletivo autogestionado.

Todas essas iniciativas em rede ainda permanecem no âmbito inicial de articulações, funcionando como aprendizado e preparação do terreno para a consolidação de propostas políticas e técnicas bem estruturadas e coletivamente apoiadas pelos diversos setores preocupados com a sustentabilidade dos sistemas agroalimentares locais.

É evidente que na esfera regional, há predomínio pleno da agropecuária convencionalizada nas monoculturas de grãos e na criação intensiva de pequenos animais para exportação ou abastecimento de agroindústrias (soja, milho, frango e suínos). Cerca de 70% do Valor Bruto da Produção agrícola regional esteve pautada nestes quatro produtos em 2008 (SEAB/DERAL, 2009). Ao mesmo tempo, percebe-se a diminuição da diversidade alimentar principalmente entre as populações rurais, que passam a substituir cultivos e criações diversificadas por lavouras de soja ou milho. Em muitos casos, famílias agricultoras acabam perdendo fontes tradicionais da alimentação, como a horta caseira e as galinhas caipira, tendo que obter no mercado convencional das cidades próximas os alimentos que antes produziam.

Nas cidades maiores, a comercialização de alimentos está cada vez mais inserida nos circuitos longos levados à cabo pelas redes super-mercadistas em franca expansão.

Mesmo itens alimentícios frescos, como algumas verduras acabam vindo de regiões distantes.

Pensando na territorialização dos sistemas alimentares desta região, da mesma forma como no litoral centro-sul catarinense, as modalidades de circuito curto que representam a interface entre agricultores e consumidores são as feiras locais; mercado do produtor; e mercado institucional.

Poucos são os municípios regionais que possuem feiras orgânicas ou ecológicas em funcionamento. Marechal Cândido Rondon, Missal e Medianeira se destacam neste quesito e outras localidades estão articulando seus espaços. No município de Cascavel, o maior da região, poucos agricultores orgânicos/ecológicos estão em atividade e a organização de uma feira própria é ainda insipiente, mesmo com apoio da UNIOESTE. Constata-se a pequena produção, insuficiente para abastecer mais um espaço de comercialização, além da feira dos pequenos produtores que acontece três vezes por semana e do mercado institucional representado pelo PAA e Merenda Escolar.

Diante das possibilidades de construção de um SALT, Marechal Cândido Rondon pode ser considerado um município propício, pois conta com uma organização de agricultores ecológicos – ACEMPRE, que produzem diversos produtos e dispõem de um ponto de comercialização. Além disso, seus produtos são comercializados nos mercados convencionais e institucionais. Isso parece acontecer também em Missal e então se destacam obviamente as articulações possibilitadas pelas organizações de produtores, em associações e/ou cooperativas.

Existem ainda assentamentos da reforma agrária experimentando a agroecologia em sua essência, desenvolvendo projetos produtivos inovadores na região, com iniciativas em agroflorestas e produção de frango caipira orgânico, entre outras atividades. No entanto, há necessidades claras de redesenho e criação de mercados e isso necessariamente precisa de atuações em várias frentes, prioritariamente em rede.

Vale ressaltar aqui as experiências de um grupo de consumidores coletivos de Cascavel que veio atuando em pequena escala ao longo dos últimos anos, obtendo mensalmente alimentos orgânicos diretamente dos produtores organizados de Marechal Cândido Rondon, numa cota que esporadicamente chegava aos mil reais por mês.

É verdade que existem diversos pontos de comercialização de produtos coloniais da agricultura familiar espalhados pela região Oeste do Paraná, porém ainda é mínimo o estímulo comercial à produção orgânica/ecológica. De qualquer forma, os trabalhos em rede que surgem neste território apontam a um desenvolvimento auspicioso da agricultura familiar sustentável nos próximos anos, levanto em conta a diversidade de atores que

passam a se engajar com a diversificação produtiva das propriedades, com a difusão de conhecimento e emprego de técnicas agroecológicas, com o resgate e a manutenção de sementes e espécies crioulas e com a organização coletiva dos agricultores. A responsabilidade de pensar e construir outro desenvolvimento rural que não aquele pautado nas monoculturas de exportação, comprometedor da segurança e soberania alimentares de toda uma região e um povo vem sendo assumida coletivamente.

A agroecologia enquanto ciência e movimento social encontra-se agora em estágio de reconhecimento crescente nesta região e é certo que as experiências acumuladas pelos empreendimentos aqui brevemente abordados continuarão servindo como base teórico-prática para diversas outras iniciativas que virão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois de esboçadas experiências e desafios do panorama agroecológico do Litoral Centro-Sul catarinense e região Oeste do Paraná e feitas algumas considerações sobre seus sistemas agroalimentares, é possível compreender uma generalidade nas tendências de expansão dos circuitos longos de comercialização inseridos em sistemas alimentares não territorializados, mas pautados pela hegemonia de grandes redes corporativas do setor super-mercadista em ambas as regiões. Da mesma forma, apresentam-se como elementos dinamizadores da territorialização agroalimentar e da sustentabilidade do desenvolvimento rural aquelas iniciativas em rede assumidas por atores diversificados que atuam nos âmbitos institucionais, técnicos e produtivos, engajados com a agroecologia. Ainda assim, os cenários de fortalecimento/criação de sistemas alimentares territorializados agroecológicos ainda estão em fase embrionária nas regiões estudadas.

Um dos grandes obstáculos para o fortalecimento dos embriões de SALT's é o distanciamento existente entre consumidores e agricultores. Os primeiros encontram-se alienados na posição de passivos receptores de produtos, e é verdade que os segundos encontram bastante dificuldade em seus próprios projetos produtivos e dificilmente articulam vínculos organizativos com seus clientes. Evidencia-se aqui outra necessidade da coletivização das iniciativas, ou seja, a importância da atuação em rede na criação e manutenção dos vínculos entre consumidores e os agricultores que cultivam e fornecem seus alimentos. Esse é um trabalho educativo que as próprias feiras podem iniciar, uma vez que esses locais de comercialização são espaços de trocas onde se desenrolam

relações sociais, econômicas, políticas, manifestações artísticas, ideias, projetos e amizades. Podem ser gerados impulsos criativos, de produção, consumo e organização, especialmente quando princípios da Economia Solidária servem como baliza. Feiras e outros eventos organizados em rede de agricultores, universidades, entidades de apoio, instituições técnicas e governamentais já demonstram seus poderes de difusão neste sentido.

A existência do mercado institucional nos casos estudados é um ponto fundamental para a criação de SALT's, pois além de estarem voltados para o abastecimento local representam ao produtor uma segurança na comercialização. A existência deste mercado através do PAA e Alimentação Escolar simboliza o redirecionamento de diversas políticas públicas do governo federal sintonizadas ao enfoque territorial. Principalmente aquelas voltadas à pesca artesanal e à agricultura familiar demonstram um quadro favorável para a consolidação de estratégias de DTS.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADRIANO, J. A formação de sistemas locais de conhecimento agroecológicos na zona costeira centro-sul do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 2006. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina.

AMBROSINI, L. B.; FILIPPI, E. E.; MIGUEL, L. A. SIAL: análise da produção agroalimentar a partir de um aporte territorialista e multidisciplinar. In.: Revista Ideas – interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, v. 2, n.1, 2008. p. 6-31.

ARAÚJO, G. Trajetória do turismo no litoral centro-sul de SC : impactos socioambientais, desafios e oportunidades para estratégias de desenvolvimento territorial sustentável. Florianópolis, SC, 2008. 133 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias. Programa de Pós-Graduação em Aquicultura

ARL, V. Caderno de Formação 01. Rede Ecovida de Agroecologia, 2007. 46p

CARVALHO, M. PINHEIRO, A.; MICKOSZ, M. Zona Laboratório de Ecosocioeconomia: preservando a natureza e conservando as comunidades tradicionais. A experiência do arranjo socioprodutivo de turismo comunitário na Comunidade Candonga, Morretes-PR, APA de Guaratuba, REBIO Floresta Atlântica. Anais VIII Seminário Internacional de Turismo: Turismo, Associativismo e Desenvolvimento Regional. Curitiba (PR): UNICENP, 2006.

CORDEIRO, E. F., Sistemas Alimentares Territorializados (SALT'S) no litoral centro-sul de Santa Catarina - um estudo de caso das redes agroecológicas de Paulo Lopes, Garopaba, Imbituba e Laguna. Florianópolis, SC, 2010. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina.

DENECHERE F., DURAND G., MARECHAL G. "*Systèmes alimentaires territorialisés: les circuits courts comme vecteurs de développement territorial*", in MARECHAL G., *Les circuits courts alimentaires*, Dijon, Editions Educagri, 2008. pp. 161-174.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Referências ambientais e socioeconômicas para o uso do território do Estado do Paraná : uma contribuição ao zoneamento ecológico-econômico – ZEE / Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. – Curitiba : IPARDES, 2006.

GONÇALVES, T. R. Z.; CARVALHO, A. M., HERRMANN, D. R.; ZONIN, W. J., Agricultura familiar, agroecologia e sementes crioulas: a premissa de uma rede regional. Anais do 4º Encontro da Rede de Estudos Rurais: Mundo Rural, Políticas Públicas, Instituições e Atores em reconhecimento político. Curitiba (Pr): UFPR, 2010.

MACEDO, H. Processos participativos na gestão de áreas protegidas : estudo de caso em unidades de conservação de uso sustentável da zona Costeira do Sul do Brasil. Florianópolis, SC, 2008. 204 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em Sociologia Política.

MAGNANTI, N. Circuito Sul de circulação de alimentos da Rede Ecológica de Agroecologia. Revista Agriculturas, vol 2, n 2, 2008, p. 26-29.

MALUF, R. S., Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 299-322, abr. 2004.

MOLLARD, A. Multifuncionalidade, externalidades e territórios. In.: Eisforia, v. 1, n.1, jan/jul., 2003.

NARANJO, S.; HAQ, N.; HUDSON, M. El Programa de Adquisición de Alimentos (PAA) como una política de soberanía alimentaria en el Brasil. Anais IV Congresso Internacional de la Red SIAL, 2008.

PECQUEUR, Bernard. Qualidade e desenvolvimento territorial: a hipótese da cesta de bens e de serviços territorializados. In: Eisforia / UFSC, CCA – v. 4, n. 4 – Florianópolis: PPGAGR, p. 135-154, 2006.

SANTIN, L. O papel dos sistemas locais de conhecimento agroecológico no desenvolvimento territorial sustentável : estudo de caso junto a agricultores familiares no litoral Centro-Sul do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2005. [151] f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias. Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas.

VIEIRA, P. F.; CERDAN, C. Desarrollo territorial sustentável em la zona costeira del Estado de Santa Catarina – Brasil: Definición de estrategias integradas y basadas en la valorización de la identidad cultural de las comunidades pesqueras tradicionales. CIRAD/UFSC, 2009.

VIVAS, E. La distribución moderna: la invasión de los supermercados. In: Revista Viento Sur, n 94, p.55-63, noviembre 2007.

ZONIN, Wilson J.; GONÇALVES, Thiago R. Z. ; POZZOLO, Luiz ; HERRMANN, Daniela R. ; ZACHOW, Karine ; LUZ, Maurício S. ; CARVALHO, Ana M. ; SCHOLZ, Fabiano ; RABBERS, Dominik; IARROCHESKI, Giuliana ; TSUTSUMI, Cláudio Y. ; SILVA, Carlos A. ; CÂMARA, Roberto ; VIEIRA, Marco A. B. . Rede Oeste de Sementes Crioulas e Agroecologia. Anais 27º Seminário de Extensão Universitária da Região Sul, 2009, Santa Maria.